Será que uma *estrutura intersubjectiva de reconhecimento mútuo* pode unir-se a uma *acção comunicativa descentrada do mundo*, criando assim um claro caminho de *entendimento e respeito mútuo*?

Mestrado de Filosofia Contemporânea[1]

Ética e Filosofia Política

Cláudia Sofia Monsanto dos Santos

Estudante nº 201710631

10.jan.2018

Resumo

O principal propósito deste artigo é o de reflectir sobre o caminho para o entendimento social através da confrontação da *Teoria do Agir Comunicativo* de Jürgen Habermas[2] e da *Teoria da Luta por Reconhecimento* de Axel Honneth[3], procurando clarificar se e de que forma estas duas teorias se complementam como resposta à dificuldade de lidar com a subjectividade inerente à sociedade contemporânea.

Palavras-chave: *acção comunicativa, razão comunicativa, universalidade, autonomia, reconhecimento, intersubjectividade, eticidade, auto-realização.*

Abstract

The main purpose of this article is to reflect on the path to social understanding through the confrontation of Jürgen Habermas' *Theory of Communicative Action* and Axel Honneth's *Theory of Struggle for Recognition*, seeking to clarify if and in what way these two theories complement each other as a response to the difficulty of dealing with the subjectivity inherent contemporary society.

Keywords: *communicative action, communicative reason, universality, autonomy, recognition, intersubjectivity, ethics, self-realization.*

---

[1] Mestrado de Filosofia Contemporânea 2017/2019 realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[2] Jürgen Habermas (Düsseldorf, 1929) é um dos mais importantes filósofos e sociólogos alemães, que participou na tradição da *Teoria Crítica* e do *Pragmatismo*, tendo integrado a segunda geração da Escola de Frankfurt.

[3] Axel Honneth (Essen, 1949) é um filósofo e sociólogo alemão, que dirige, desde 2001, o Institut für Sozialforschung (Instituto para a Pesquisa Social) da Universidade de Frankfurt, instituição na qual surgiu a chamada Escola de Frankfurt – foi assistente de Jürgen Habermas.

Introdução

O mundo contemporâneo vive mergulhado em constantes conflitos sociais e transnacionais provocados em grande parte pelo processo de *globalização*.

O acréscimo sem precedentes de contactos entre culturas e a coabitação entre diferentes modos de vida constituíram importantes factores de mudança no contexto nacional e internacional, individual e grupal.

A *multiculturalidade* crescente, e por vezes descontrolada, confronta Estados, cidades e sociedades com uma grande heterogeneidade linguística, cultural e comportamental dos seus cidadãos, assim como com atitudes e comportamentos nacionalistas, racistas e xenófobos.

Esta *diversidade* está cá para ficar. Pode dizer-se até que a tendência está a crescer e a apontar um caminho algo tortuoso e difícil de vivenciar. Que tipo de estratégias e políticas serão as mais adequadas a aplicar actualmente? Implicará esta *diversidade* o desenvolvimento de competências para gerir a actual complexidade das relações e grupos de culturas diferentes, para além de lidar com os conflitos e promover a cooperação transnacional?

Este artigo surge com o propósito de reflectir sobre o caminho para o *entendimento social* através da confrontação da *Teoria do Agir Comunicativo* de Jürgen Habermas e da *Teoria da Luta por Reconhecimento* de Axel Honneth. Pretendo, assim, clarificar se e de que forma estas duas teorias se complementam como resposta à dificuldade de lidar com a *subjectividade* inerente à sociedade contemporânea.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira parte apresento o *Agir Comunicativo* de Habermas, em que o *entendimento mútuo*, alcançado por uma *acção comunicativa* mediada pela linguagem, surge como resposta aos conflitos sociais. Na segunda parte apresento o *Reconhecimento* de Honneth, em que formas diferentes de sociabilidade surgem no decorrer de conflitos em torno do *reconhecimento intersubjectivo* de sujeitos. A terceira parte consiste numa reflexão conclusiva sobre uma possível cooperação entre os métodos encontrados por cada filósofo para lidar e debelar os conflitos sociais da contemporaneidade.

Teoria do Agir Comunicativo

de Jürgen Habermas

Jürgen Habermas defende que o conflito nas sociedades avançadas e democráticas deriva do processo de *colonização interna*[4] por parte do *sistema*[5] em relação ao *mundo da vida*[6]. Propõe, assim, uma teoria da racionalidade crítica e comunicativa, que actualize o *marxismo* mediante as necessidades das sociedades contemporâneas.

Como ele mesmo disse: «*o único tema que eu tinha em 1977, quando comecei a escrever o livro, era o de compreender como é que se pode reformular a crítica da reificação e a crítica da racionalização, de modo a fornecer a explicação teórica para o enfraquecimento do compromisso do Estado Social e para o potencial dos novos movimentos de crítica do crescimento*»[7], apontando, desta feita, o ponto de partida para uma *acção comunicativa* regida «*por normas vinculativas que definem expectativas de comportamento mútuas e têm de ser compreendidas e aceites por pelo menos dois sujeitos agentes*»[8].

Para chegar ao conceito do *Agir Comunicativo*, Habermas empreendeu uma investigação por meio da *Pragmática Formal*[9], *Agir* este que orienta a acção para o *entendimento mútuo*, em vez de a orientar para o sucesso, relegando, assim, para segundo plano o conceito de *Razão Instrumental*, que ele entende que «*usurpou o lugar da razão*»[10] ao restringir «*a diferença entre aquilo que pretende ter validade e aquilo que é útil para a autopreservação*»[11]. Pretende aqui tornar claro que a acção

---

[4] A *super-complexidade do sistema* faz com que este interfira no mundo da vida, ameaçando-o assim por uma *colonização interna* que coloca em risco a *autonomia*.

[5] O *sistema* consiste na organização económica-política estatal (Estado) e vincula-se ao *agir instrumental*.

[6] O *mundo da vida* consiste no conjunto de valores do *sujeito* agente e vincula-se ao *agir comunicativo*.

[7] Honneth, A., Knodler-Bunte, E., Widmann, A. "*Entrevista com Jürgen Habermas: A Dialéctica da Racionalização*", Revista de Comunicação e Linguagens, n. 2, Dezembro de 1985, pag. 163

[8] Habermas, J. "Fundamentação Linguística da Sociologia", Tradução de Lumir Nahodil, Lisboa, Edições 70, 2010, pp.39

[9] *Pragmática Formal* consiste na análise das propriedades gerais de uma acção orientada para a compreensão.

[10] Habermas, J. apud Couto, Maria João "*Comunicação: o impróprio da filosofia?*", Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 32 (2015), pp. 122

[11] Idem, pp. 122

«*caracterizada pela racionalidade orientada para fins*»[12] consiste «*apenas de uma avaliação correcta de possíveis alternativas de comportamento que resulta unicamente de uma dedução com recurso a valores e máximas*»[13], anulando, assim, a *pretensão de validez*[14] que o *consenso* inerente à *acção comunicativa* integra.

O que Habermas procura defender é que o *entendimento mútuo* pressupõe que os sujeitos agentes abandonem a *racionalidade individualista* e se dediquem à *interacção* e à *intersubjectividade*, ou seja, que se dediquem a uma *racionalidade* assente na *intersubjectividade comunicativa* e no *entendimento interpessoal*.[15]

Habermas começa, assim, por procurar uma *teoria da racionalidade* que promova a *práxis argumentativa* – imersa na vontade subjectiva de cada sujeito agente – para resolver os problemas da contemporaneidade de uma forma conjunta, comum, comunitária. A defesa desta *razão intersubjectiva* fundamenta-se na mudança de paradigma do *conhecimento de objectos* para o paradigma do *entendimento entre sujeitos* capazes de falar e de agir. Desta feita, no entender de Habermas, a *razão* deve ser assente numa comunicação que passe pela linguagem e pela acção.

A *acção comunicativa* em Habermas é mediada pela linguagem, pois este entende que para alcançar o *consenso*, princípio que legitima a validade das normas no pensamento habermasiano, cada sujeito deve *motivar racionalmente o outro e ser motivado racionalmente pelo outro para uma acção de adesão*. O que Habermas pretende com isto é defender uma atitude de «*ininfluencialidade ou autonomia da formação da vontade*»[16], promovendo assim «*a necessidade da participação e do equilíbrio de poder*»[17].

O *consenso* deve surgir de uma forma não impositiva, uma vez que este assenta em convicções comuns. O *agir comunicativo* pressupõe sempre que os sujeitos agentes

---

[12] Habermas, J. "*Fundamentação Linguística da Sociologia*", Tradução de Lumir Nahodil, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 38

[13] Idem, pp. 39

[14] O entendimento mútuo pressupõe que o acto de fala é verdadeiro, correcto e sincero.

[15] Habermas formula a sua norma de acção através do *Princípio de Universalização "U"*, que consiste em apresentar uma máxima própria aos demais para que através do diálogo seja examinada a sua *pretensão de validez universal*.

[16] Habermas, J. "*Consciência Moral e Agir Comunicativo*", Tradução de Guido A. de Almeida, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989, pp. 92

[17] Idem, pp. 92

planeiem com clareza interna a sua acção e persigam «*as suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas*»[18].

Habermas vê o *entendimento mútuo* como um mecanismo coordenador de acções. Ou seja, quando a *acção* é orientada para o sucesso – como o *modelo estratégico da acção* – as convicções podem não ser comuns, podendo mesmo ser impostas. Se, pelo contrário, a *acção* estiver orientada para o *entendimento mútuo* – como o *modelo do agir comunicativo* – há que coordenar as *acções* mediante as convicções comuns, especificando «*condições para um acordo alcançado comunicativamente sob as quais Alter pode anexar suas ações às do Ego*»[19].

E de que forma prevê Habermas avaliar a formação das convicções?

«*Segundo o modelo das tomadas de posição em face de uma oferta de ato de fala*»[20]. O *entendimento mútuo* pressupõe que o *acto de fala* é verdadeiro, correcto e sincero. E só terá êxito se for aceite pelo Outro. No *acto de fala*, os agentes assumem alternadamente o papel de *falante*, *destinatários* e *pessoas presentes*. Em cada um destes papéis, os agentes passam, ao mesmo tempo, por uma *situação de fala* e por uma *situação de acção*. Cada agente fala, ouve e observa. Por esse mesmo motivo, a cada um destes papéis «*correspondem as perspectivas dos participantes da primeira e segunda pessoas, assim como a perspectiva do observador da terceira pessoa, a partir da qual a relação eu-tu pode ser observada como uma conexão intersubjectiva e, assim, ser objetualizada. Esse sistema de perspectivas dos falantes está entrelaçado com um sistema de perspectivas do mundo*»[21].

Posto isto, o agente do *agir comunicativo* inicia a situação e ao, mesmo tempo, é o resultado das tradições e grupos com que se identifica, para além das socializações que o moldou. Ou seja, cabe ao agente resolver a situação conflitual com que se debate, se bem que consciente que essa mesma situação, que agora se mostra relevante, pertence ao *mundo da vida* que oferece ao agente o caminho e os recursos para os processos de interpretação que levam ao caminho do *entendimento mútuo*.

---

[18] Habermas, J. "*Consciência Moral e Agir Comunicativo*", Tradução de Guido A. de Almeida, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989, pp. 165

[19] Idem, pp. 165

[20] Idem, pp. 165

[21] Idem, pp. 166

«*Os atos de fala não servem apenas para a representação (ou pressuposição) de estados e acontecimentos, quando o falante se refere a algo no mundo objetivo. Eles servem ao mesmo tempo para a produção (ou renovação) de relações interpessoais, quando o falante se refere a algo no mundo social das interações legitimamente reguladas, bem como para a manifestação de vivências, isto é, para a auto-representação, quando o falante se refere a algo no mundo subjectivo a que tem um acesso privilegiado.*»[22] Habermas quer com isto dizer que o agente pode apoiar-se ao mesmo tempo num *saber proposicional compartido intersubjectivamente*, numa *concordância normativa* e numa *confiança recíproca* quando procura chegar a um *consenso* através da prática comunicativa.

Com o processo do *agir comunicativo orientado para o entendimento mútuo*, o agente tem a possibilidade de optar por uma *linguagem cognitiva*, por uma *linguagem interactiva* ou por uma *linguagem expressiva*, para além de escolher entre *actos de fala constatativos*, *regulativos* e *representativos* quando pretende debruçar-se sobre *questões de verdade*, *questões de justiça*, *questões do gosto* ou *questões da expressão pessoal* e sempre sob uma *pretensão de validez universal*. «*Ele tem a possibilidade de escolher entre três atitudes fundamentais e as correspondentes perspectivas do mundo*»[23], através de uma *compreensão descentrada do mundo*, que consiste na distinção das *referências do mundo*, *pretensões de validez* e *atitudes fundamentais*, isto é, diferenciação do *mundo da vida* – que é o entendimento que cada agente subjectivamente faz das situações de vida – e o *mundo* – que quase posso definir como o que é comum aos vários agentes.

Em modo de conclusão, o processo de *entendimento mútuo* pressupõe que os sujeitos agentes envolvidos nas negociações renunciem «*à superioridade da posição privilegiada do observador*»[24], aceitando «*por princípio o mesmo status daqueles cujos proferimentos querem compreender*»[25] e se confrontem também «*com a questão de como superar a dependência de sua interpretação relativamente ao contexto*»[26].

---

[22] Habermas, J. "*Consciência Moral e Agir Comunicativo*", Tradução de Guido A. de Almeida, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989, pp. 167

[23] Idem, pp. 168

[24] Idem, pp. 43 – posição de Habermas perante a hermenêutica

[25] Idem, pp. 43 – posição de Habermas perante a hermenêutica

[26] Idem, pp.43 – posição de Habermas perante a hermenêutica

Teoria da Luta por Reconhecimento

de Axel Honneth

Axel Honneth defende que o conflito é a base da interacção, sendo a *luta por reconhecimento* o conjunto de princípios gerais e comuns a toda e qualquer interacção. Assim, Honneth opta por desenvolver a sua lógica partindo dos conflitos e respectivas configurações sociais e institucionais.

Como o próprio refere, no prefácio da sua tese, «*tento desenvolver os fundamentos de uma teoria social de teor normativo partindo do modelo conceitual hegeliano de uma "luta por reconhecimento"*[27]».

Fica claro que a principal referência de Honneth nesta tese é Hegel, tendo mesmo encontrado neste «*os elementos mais gerais da "luta do reconhecimento" que lhe permitiram se aproximar da "gramática moral dos conflitos sociais"*[28]».

Honneth entende que a *luta por reconhecimento* pressupõe «*uma força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais*»[29]. Logo, interessa-se por conflitos que possam suscitar a necessidade de «*restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las num nível evolutivo superior*»[30], isto é, conflitos que surjam como consequência do *desrespeito social* ou do ataque à *identidade pessoal* ou *colectiva*.

Esta ideia vem do *modelo conceitual* de Hegel, que defende que «*faz parte da condição de um desenvolvimento bem-sucedido do Eu uma sequência de formas de reconhecimento recíproco, cuja ausência ... se dá a saber aos sujeitos pela experiência de um desrespeito, de sorte que eles se vêem levados a uma "luta por reconhecimento"*»[31]. Por outras palavras, Hegel entendia que o Eu necessita de ser reconhecido para se desenvolver de forma saudável. Isto só não acontece por meio de experiências de um *desrespeito*, que provoca uma *luta por* esse *reconhecimento*.

Todavia, Honneth recorre à psicologia social de G. H. Mead, procurando «*dar à ideia hegeliana uma inflexão empírica*»[32]. Mead desenvolve um conceito de pessoa a partir

---

[27] Honneth, Axel "*Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*". Tradução de Luiz Repa; São Paulo, Editora 34, 2003, pp. 23

[28] Idem, pp. 18

[29] Idem, pp. 18

[30] Idem, pp. 18

[31] Idem, pp. 122

[32] Idem, pp. 24

de uma teoria da *intersubjectividade*, em que «*a possibilidade de uma auto-relação imperturbada se revela dependente de três formas de reconhecimento (amor, direito e estima)*»[33]. A estas formas de *reconhecimento* correspondem três tipos de *desrespeito*, que podem provocar o surgimento de conflitos sociais: *maus-tratos corporais*, *exclusão de determinados direitos* e *desvalorização social de indivíduos ou grupos*. A primeira forma de desrespeito destrói «*a auto-confiança elementar de uma pessoa*»[34]. A segunda afecta o «*auto-respeito moral*»[35]. A terceira leva a uma quebra na *auto-estima* de uma pessoa, podendo, mesmo, contaminar o grupo.

Assim, Honneth entende que as lutas sociais vão para além da retificação de injustiças, como a exploração económica ou a exclusão política. Há que ter em conta que estas lutas «*contêm pretensões de reconhecimento do valor próprio dos indivíduos*»[36].

A motivação subjacente às lutas sociais é moral, uma vez que pressupõe uma necessidade de ser valorizado pelos outros. Tal confere ao conceito de *reconhecimento*, um «*aspecto psicológico introspectivo*»[37] e um «*aspecto social dirigido para fora*»[38].Os recursos positivos de *auto-realização* dependem do *reconhecimento* como processo psicológico. Já sem o *reconhecimento* como processo social, «*o colectivo não é capaz de incluir todos aqueles que o habitam*»[39].

No entender de Honneth, a base de uma teoria do *reconhecimento* é o conceito de *eticidade*, que consiste no «*todo das condições intersubjectivas das quais se pode demonstrar que servem à auto-realização individual na qualidade de pressupostos normativos*»[40]. A verdade é que este conceito provoca a necessidade de formalizar, ou mesmo abstractizar, as determinações necessárias para estruturar o processo de *auto-realização*.

---

[33] Honneth, Axel "*Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*". Tradução de Luiz Repa; São Paulo, Editora 34, 2003, pp. 24

[34] Idem, pp. 216

[35] Idem, pp. 216

[36] Rosas, J.C., Thaler, M. e González, I. in Galvão, P. "*Filosofia. Uma Introdução por Disciplinas*". Lisboa, Edições 70, Agosto de 2017, pp. 190

[37] Idem, pp. 190

[38] Idem, pp. 190

[39] Idem, pp. 190

[40] Honneth, Axel "*Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*". Tradução de Luiz Repa; São Paulo, Editora 34, 2003, pp. 272

Desta feita, Mead, através do repensar da doutrina hegeliana do *reconhecimento*, demonstrou que «*os diversos padrões de reconhecimento, que em Hegel foram distinguidos uns dos outros, podem ser compreendidos como as condições intersubjectivas sob as quais os sujeitos humanos chegam a novas formas de auto-relação positiva*»[41]. Desta forma, torna-se claro que a *estrutura intersubjectiva da identidade pessoal* positiva a *auto-relação* através da experiência de *reconhecimento*. Ou seja, o *reconhecimento* do Eu por parte do Outro leva a uma referência própria positiva, provocando a *auto-confiança*, o *auto-respeito* e a *auto-estima*.

Honneth transforma, assim, a tese de Hegel aprimorada por Mead. A *auto-realização* positiva-se através da experiência de cada forma de *reconhecimento*. O *amor*, como capacidade que permite o *reconhecimento* da carência e da vulnerabilidade inerente ao próprio ser, possibilita a *auto-confiança* (capacidade indispensável ao desenvolvimento de um Eu completo). O amor é a «*forma mais elementar de reconhecimento*»[42]. O *direito*, como uma necessidade de respeito e de ser reconhecido como um igual, possibilita o *auto-respeito*. Honneth vê o respeito como chave para debelar e irradicar a discriminação no domínio legal e político. A *solidariedade* nasce de uma avaliação excepcionalmente positiva de uma pessoa, logo essa pessoa passa a ser digna da atenção de quem a avalia. A experiência de tal dignidade possibilita a *auto-estima*.

Aproveito para recordar Mead, que defende que «*um sujeito somente dispõe de um saber sobre o significado intersubjectivo de suas ações quando ele está em condições de desencadear em si próprio a mesma reação que sua manifestação comportamental causou, como estímulo, no seu defrontante*»[43], isto é, um sujeito compreende o efeito que um determinado gesto seu teve no Outro, assim que produzir em si mesmo a sua acção e a consequente reacção, tomando consciência em si mesmo do efeito das suas acções. Mead percebe, assim, que a *auto-consciência humana* estimula o desenvolvimento de uma *consciência de significados*.

Esta consciência traz uma nova luz sobre o processo de *auto-realização*, introduzindo um novo conceito, o de *espontaneidade* ou *liberdade*, se bem que esta deve ser interna e externa. Por outras palavras, o processo de *auto-realização* deve ser isento de «*coerção*

---

[41] Honneth, Axel "*Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*". Tradução de Luiz Repa; São Paulo, Editora 34, 2003, pp. 272

[42] Idem, pp. 256

[43] Idem, pp. 128-129

ou influência externa»[44] e, também, isento de «*bloqueios internos, de inibições psíquicas e de angústias*»[45]. Nesse sentido, Honneth defende que a *liberdade* da *auto-realização* de um sujeito humano depende do Outro. E por isso, as formas de *reconhecimento* consistem nas *condições intersubjectivas* a ter em conta quando se pretende definir as *estruturas universais* de uma vida em harmonia. Estas últimas são, aliás, a meta das três formas de reconhecimento, assegurando a não incorporação de ideais de vida e não influência da *auto-determinação individual*. O *amor*, o *direito* e a *solidariedade* consistem, per se, em *dispositivos de protecção intersubjectivos.*

Por fim, a principal ideia que fica da *Teoria da Luta por Reconhecimento* de Honneth é que os conflitos sociais ocorrem devido à *não realização moral* do sujeito humano. Logo, cresce um sentimento de desconfiança, desrespeito e insegurança que provoca acções negativas por parte do sujeito em questão, como reflexo do Outro. Honneth defende mesmo que a *auto-realização* do sujeito humano depende do *reconhecimento* do Outro – é este *reconhecimento* externo que instiga um *reconhecimento* interno, levando a uma positivação dos sentimentos que provocaram o conflito entre sujeitos humanos. Esta positivação de sentimentos reduz a probabilidade de novos conflitos.

Desta feita, Honneth defende que as condições qualitativas da *auto-realização* constituem os *pressupostos universais da integridade pessoal dos sujeitos*, logo integram uma concepção formal de *eticidade*. Esta visa integrar a universalidade do *reconhecimento jurídico-moral* da *autonomia individual* e a particularidade do *reconhecimento ético* da *auto-realização*.

Na contemporaneidade, o sujeito humano deve encontrar o *reconhecimento* como *sujeito autónomo*, assim como *sujeito cultural*. A verdade é que esta concepção formal de *eticidade* fica sempre limitada pela «*condição inicial singular da própria época de seu surgimento*»[46]. Ela é uma estrutura que se encontra inserida nas práticas e instituições da contemporaneidade, assumindo «*a tarefa de introduzir historicamente os três padrões de reconhecimento, no sentido que eles podem ser considerados elementos da eticidade somente no grau evolutivo mais elevado em cada caso*»[47].

---

[44] Honneth, Axel "*Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*". Tradução de Luiz Repa; São Paulo, Editora 34, 2003, pp. 273

[45] Idem, pp. 273

[46] Idem, pp. 275

[47] Idem, pp. 275

Reflexão Conclusiva

A vida humana está repleta de pequenos, médios e grandes desentendimentos entre indivíduos, grupos, sociedades, nações e culturas. No entanto, nos últimos 100 anos, estes desentendimentos tomaram novas proporções, muito devido à globalização e à evolução tecnológica.

O choque de culturas, línguas, crenças e costumes, a ocupar um espaço comum, transformou o conflito social, anteriormente confinado a uma sociedade ou país, em conflito global, que arrasa sociedades, cidades ou países dos quatro cantos do mundo. Desta feita, a migração dos povos, e consequente multiculturalidade, provoca a cada segundo uma constante mudança social, que leva indivíduos, sociedades, cidades e países a questionar tudo o que tinham como referência na sua forma de viver.

Esta conflitualidade multicultural desconcertante motivou este artigo de reflexão sobre dois filósofos e sociólogos que apresentaram duas das teorias sociais que mais parecem complementar-se na resposta ao desnorte dos dias de hoje. Pude identificar três pontos confluentes nas duas teorias: a definição de conflito social, o pressuposto de *intersubjectividade* e a importância da *liberdade* de decisão e da *consciência* do Eu e do Outro na resolução de conflitos sociais.

Na *Teoria do Agir Comunicativo*, Jürgen Habermas defende que o conflito social é o resultado de uma influência cada vez maior do *sistema* sobre o *mundo da vida* provocando uma *colonização interna*, o que leva a distúrbios e conflitos entre sujeitos agentes.

Este é, no meu entender, um dos pontos em que Axel Honneth, mesmo falando uma linguagem diferente, vem fundamentar a posição de Habermas. Honneth defende que o conflito social é a *base da vida em sociedade* e a luta pelo *reconhecimento* é a *gramática* subjacente.

Para Habermas, a sociedade é constituída por um *sistema*, que ele vê como o papel do Estado, e por um *mundo da vida*, que ele vê como formador do sujeito agente. Os conflitos sociais surgem de uma crescente inferência do primeiro sobre o segundo. Logo, Habermas, por outras palavras, está a dizer que o conflito é a base da sociedade, como consequência da forma como esta é constituída. Este conflito, na sociedade de Habermas, é provocado pela perda de direitos, liberdades, por parte do *mundo da vida*, o que leva a uma luta pela recuperação desses, ou seja, a luta por *reconhecimento* do *direito* aos direitos e liberdades sonegados pelo *sistema*.

Ambos apresentam pontos de vista que, à partida, podem parecer contraditórios, tendo em conta que Habermas se afasta de uma *racionalidade individualista* e se aproxima de uma *racionalidade intersubjectiva* mediada pela linguagem. Honneth está muito mais virado para o sujeito, visto entender que a resposta está no reconhecimento que este necessita, muito em virtude da sua própria *subjetividade*. A trás usei a expressão "à partida", porque, no que pude perceber das duas teorias, ambas assentam num pressuposto comum, a *intersubjectividade* e inspiram-se no mesmo psicólogo social, G. H. Mead.

Habermas entende que a *acção comunicativa* está imersa na *vontade subjectiva* do *sujeito agente*, pois apresenta como resposta ao conflito, uma *razão intersubjectiva* que promova o *entendimento mútuo* através da motivação racional do Outro, se bem que consciente da sua própria convicção, pois o *consenso* entre as partes deve partir de convicções comuns e não da imposição de decisões.

E será possível um *sujeito agente* privado de alguma das suas necessidades conseguir ouvir o ponto de vista do Outro? Será este capaz de encontrar pontos comuns nas convicções de alguém que o *sujeito agente* entende não ter as mesmas necessidades? Será possível o *entendimento mútuo* entre sujeitos agentes que têm posições sociais distintas, em que um se sente discriminado ou de alguma forma inferior ao Outro?

Honneth responde a estas questões, ao complementar a teoria de Habermas, usando o mesmo pressuposto, o da *intersubjectividade*. Mead defendia que a consciência dos *significados intersubjectivos* – fulcrais à *teoria do agir comunicativo* de Habermas – nascem da *auto-consciência humana* do efeito das suas acções. Honneth parte deste pressuposto para explicar que a *estrutura intersubjectiva da identidade pessoal* positiva a *auto-relação* através da experiência de *reconhecimento* a três níveis: *amor*, *direito* e *solidariedade*. Estas três formas de *reconhecimento* provocam o desenvolvimento de três sentimentos que positivam a *inter-relação* e a *intersubjectividade* – mais uma vez fulcrais à *acção comunicativa* de Habermas. Estes sentimentos são a *auto-confiança*, que nasce do *reconhecimento* da carência e vulnerabilidade inerente ao ser humano; o *auto-respeito*, que nasce do *reconhecimento* do direito a ser visto como igual; e a *auto-estima*, que nasce do *reconhecimento* da dignidade de ser pessoa.

Ser humano, ser igual e ser pessoa são três momentos que entroncam no terceiro ponto confluente. Sob o ponto de vista de Habermas, o *entendimento mútuo* coordena acções através da linguagem mediante convicções comuns, acordando de forma racional e

intersubjectiva as acções que o Outro (*Alter*) pode anexar às do Eu (*Ego*). Desta forma, Habermas está a dizer, que os *sujeitos agentes* devem reconhecer em si as convicções que os levam a avaliar de uma forma determinada situação e ao mesmo tempo reconhecer no Outro as convicções que são comuns às suas. Parece-me possível concluir então que Habermas entendia, tal como Honneth, que a *auto-realização* do sujeito agente depende do *reconhecimento externo*. Honneth defendia, mesmo, que o *reconhecimento interno* dependia do *reconhecimento* do Outro, pois este último positivava os sentimentos que poderiam provocar conflitos numa sociedade. No entanto, tanto Habermas como Honneth defendiam que os *sujeitos agentes* devem primar pela *liberdade*[48] no processo de *consenso* e de *auto-realização*.

Posto isto, parece-me fundamental responder à pergunta que intitula este artigo: *Será que uma estrutura intersubjectiva de reconhecimento mútuo pode unir-se a uma acção comunicativa descentrada do mundo, criando assim um claro caminho de entendimento e respeito mútuo?*

Sim. Vejo a *estrutura intersubjectiva de reconhecimento mútuo* como a base de uma eficaz *acção comunicativa descentrada do mundo*, pois entendo que só assim será possível chegar a um *entendimento* e *respeito mútuo*. A mediação de conflitos, sejam eles familiares, profissionais, sociais ou transnacionais, assenta num pressuposto de *entendimento mútuo*. Este é alcançável através de uma *acção comunicativa* que reconheça as necessidades subjacentes ao conflito. E de que forma será possível fazê-lo, se não for conhecendo as divergências convictas e, através destas, chegar, por via de uma linguagem que respeite a razão das partes, às convicções comuns que levam a um *reconhecimento intersubjectivo* da pessoa como aquela pessoa e não outra.

Parece-me útil a referência à *Teoria de Comunicação Não Violenta* de Marshall Rosenberg[49], uma vez que já foi aplicada a diversos conflitos por todo o mundo. E, de certa forma, une as teorias de Habermas e Honneth.

Marshall Rosenberg defende que a violência, seja na forma como comunicamos, como nos comportamos ou seja na forma como tratamos os outros, nasce da educação

---

[48] Habermas chama-a de *autonomia* e Honneth de *espontaneidade interna e externa*.

[49] Marshall Rosenberg (Ohio, 1934-2015) é um psicólogo clínico americano que trabalhou em escolas e universidades nos EUA, num período em que abandonavam a segregação racial, providenciando mediação e formação de técnicas comunicativas. Foi neste período de tensão social, que Rosenberg desenvolveu o método CNV – Comunicação Não Violenta. Veio mais tarde a mediar conflitos na Sérvia, Croácia e Ruanda. Desenvolveu, a partir deste modelo, um outro aplicado à educação.

punitiva e não da natureza do ser humano, passando uma ideia de necessidade de um trabalho profundo na educação de uma sociedade mais consciente e compreensiva.

A ligação que encontrei com Habermas e Honneth vem do facto de Rosenberg defender que a forma mais eficaz de nos conectar com as outras pessoas é aprender como nos expressámos na *linguagem da vida* e como responder às mensagens que recebemos dos outros. Assim, diz que «*In Nonviolent Communication, we try to keep our attention focused by answering two critical questions: What's alive in us? And what can we do to make life more wonderful?*»[50].

Explica, de seguida, que para expressar o que está vivo em nós necessitamos de: *observação sem julgar*, para identificar o que gostámos e não gostámos das acções do Outro, sem misturar com avaliações e julgamentos das intenções do Outro; *consciência dos nossos sentimentos*, sem qualquer diagnóstico do Outro, apenas conscientes do que estamos a sentir (*raiva*, *frustração*, *alegria*, etc); *consciência das nossas necessidades*, para sermos capazes de identificar a fonte dos nossos sentimentos, já que estes últimos nascem das nossas necessidades e não do comportamento dos outros. Este processo de três níveis parece-me interligado com a *intersubjectividade* de Habermas e Honneth, que tanto condiciona a interacção social.

A segunda questão está relacionada com a promoção de uma *conexão empática* com o Outro, procurando perceber e comunicar o que é que nós podemos fazer para tornar a vida mais maravilhosa, o que é que o Outro pode fazer para tornar a minha vida mais maravilhosa e o que é que Eu posso fazer para tornar a vida do Outro mais maravilhosa. Esta conexão empática envolve a capacidade de nos conectarmos com o que está vivo no Outro. Os três passos anteriores permitem desenvolver esta capacidade.

Por fim, a *Comunicação Não Violenta* ensina uma forma de ver a beleza no Outro, independentemente do comportamento, linguagem ou mesmo cultura que este adopte, projectando, assim, um caminho de maior consciência, tolerância e bondade para com o Outro, em virtude de o Eu ser parte integrante desse *mundo da vida* que nos testa, questiona e prepara para lidar com a diferença inerente à contemporaneidade.

---

[50] «*Na Comunicação Não Violenta tentamos manter o foco na resposta a duas questões críticas: O que está vivo em nós? e O que podemos fazer para tornar a vida mais maravilhosa?*» in Rosenberg, M. "*Practical Spirituality: Reflections on the Spiritual Basis of Nonviolent Communication*", PuddleDancer Press Book, California, 2005, pp. 14

Bibliografia

Fontes Principais

Habermas, Jürgen "*Consciência Moral e Agir Comunicativo*.", Tradução de Guido A. De Almeida, Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1989

Honneth, Axel "*Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*." Tradução de Luiz Repa; São Paulo, Editora 34, 2003

Fontes Complementares

Galvão, P. "*Filosofia. Uma Introdução por Disciplinas*". Lisboa, Edições 70, Agosto de 2017

Habermas, Jürgen "*Fundamentação Linguística da Sociologia*", Tradução de Lumir Nahodil, Lisboa, Edições 70, 2010

Habermas, Jürgen "*Teoria da Racionalidade e Teoria da Linguagem*", Tradução de Lumir Nahodil, Lisboa, Edições 70, 2010

Rosenberg, M. "*Practical Spirituality: Reflections on the Spiritual Basis of Nonviolent Communication*", PuddleDancer Press Book, California, 2005

Artigos:

Araújo Neto, José Aldo Camurça de. "*A Filosofia do Reconhecimento: as contribuições de Axel Honneth a essa categoria*". Kínesis, vol. V, nº 9 (edição especial), Julho 2013

Honneth, A., Knodler-Bunte, E., Widmann, A. "*Entrevista com Jürgen Habermas: A Dialéctica da Racionalização*", Revista de Comunicação e Linguagens, n. 2, Dezembro de 1985, pag. 151-170

Salvadori, Mateus "*Resenha da obra Luta por Reconhecimento de Axel Honneth"*. Conjectura. v. 16, n. 1, Jan/Abr. 2011